

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Ativismo precipitado e os riscos para a infraestrutura	2
Título: Destaques	4
Título: Light pode passar por recuperação em 5 anos.....	5
Título: Apesar de ganhos em 2019, elétricas ainda destróem valor	6
Título: Câmara aprova projeto que incentiva navegação de cabotagem	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Câmara aprova lei para navegação de cabotagem	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: 39% das startups de tecnologia limpa operam no vermelho, diz pesquisa.....	11
VEÍCULO: O Globo.....	13
Título: Transição para o carro elétrico ganha velocidade no mundo	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/12/2020****Seção: Opinião****Autor: Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro****Título: Ativismo precipitado e os riscos para a infraestrutura**

O ativismo precipitado e sem bases técnicas do Ministério Público - sucedido pela acolhida em tribunal local - acaba de criar mais um episódio que evidencia como essa combinação pode ser nefasta para projetos de infraestrutura que vêm respeitando toda a legislação e todos os ritos regulatórios. O episódio revela também a imperfeição de um sistema que ainda permite que o simples arroubo de um indivíduo destrua o trabalho sério realizado durante anos por dezenas de instituições e autoridades nacionais e estaduais.

Bastou uma iniciativa individual de um procurador ser acolhida liminarmente nos tribunais do estado do Paraná para que fosse paralisada uma obra de linha de transmissão de eletricidade que já está 60% concluída e que agora depende de recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para ser retomada.

Estrago pode ser parcialmente contornado pelo STJ, que pode dar sinal claro de que esse é um país sério

Deste episódio emanam duas consequências graves. A primeira é o risco de falhas no suprimento de energia na região Centro-Sul do Paraná, a partir de 2021, quando o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) contará com a operação da linha de transmissão “Gralha Azul”, agora ameaçada. A segunda é a grave insegurança jurídica que se estabelece, ameaçando todo e qualquer projeto de infraestrutura no país.

A construção de uma linha de transmissão envolve um longo processo que tem início no planejamento da expansão do chamado “Sistema Interligado Nacional” (SIN), planejamento esse conduzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão ligado ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**. Do trabalho da EPE, com o concurso do ONS, surge a diretriz do traçado da linha de transmissão, que já leva em conta restrições sociais, ambientais e fundiárias.

A partir desses estudos a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) promove um leilão para a seleção da empresa que construirá e operará a linha de transmissão. A partir da minuta do edital do leilão - que é submetida a consulta pública - a data do leilão é marcada e o edital definitivo publicado, com todas as especificações técnicas e restrições a serem atendidas pela empresa vencedora no leilão.

No caso da linha de transmissão LT Gralha Azul, o traçado foi definido de forma a não cruzar unidades de conservação, terras indígenas, comunidades quilombolas, áreas de patrimônio arqueológico, reservas legais, zonas de proteção de aeroportos, rodovias, ferrovias, zonas urbanas etc.

Foram necessários quase dois anos - desde o leilão, feito em dezembro de 2017, até agosto de 2019 - para que a concessionária concluísse o detalhamento do projeto e percorresse todas as etapas do licenciamento ambiental até obter a Licença de Instalação (LI) que autorizou o início da obra. Este prazo demonstra a complexidade das etapas que precisaram ser cumpridas, passo a passo, documento a documento, para que o projeto possa avançar.

Por se tratar de uma linha de transmissão integralmente localizada nos limites territoriais do estado do Paraná, coube ao Instituto Água e Terra (IAT), com a ciência do Ibama, conduzir o processo do licenciamento. Outros órgãos - como a Fundação Palmares, a Funai, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e seu equivalente estadual (a Cepha) - e 27 municípios interceptados pela linha também participaram do processo e deram a autorização e anuência para a construção do empreendimento.

O rigor de nosso licenciamento ambiental deve ser motivo de orgulho para os brasileiros, assim como a existência de empresas que, valendo-se da melhor tecnologia, processos e profissionais, são capazes de dar as respostas requeridas para as exigências decorrentes do licenciamento ambiental e do contrato de concessão da linha de transmissão.

Todo esse périplo, que envolveu dezenas de órgãos especializados que se aprofundaram no projeto para emitir sua anuência ou autorização, foi jogado por terra pela iniciativa de um procurador que sequer participou das inúmeras audiências públicas antes de optar por uma liminar que logrou interromper a obra.

A manutenção dessa liminar significa admitir que de nada valem todos os aparelhos de Estado voltados a assegurar que os indispensáveis investimentos em infraestrutura ocorram de forma social e ambientalmente sustentável. E não deixa de ser um imenso desrespeito com os impostos dos cidadãos que sustentam o trabalho de todas as instituições envolvidas no processo.

É impossível imaginar que o país dará conta da necessária expansão de sua infraestrutura se esse tipo de ativismo não for minimamente disciplinado. Os investimentos requeridos são bilionários, como no caso dos dois bilhões de reais da linha de transmissão Gralha Azul, feitos com perspectiva de retorno no longo prazo dos contratos de concessão, com tarifas comprimidas pela competição que se dá nos leilões, nos quais a vitória é dada ao empreendedor que oferecer

a menor tarifa - ou menor Receita Anual Permitida (RAP) - para construir e operar o ativo.

É inconcebível admitir a interrupção intempestiva de uma obra que já está 60% concluída. As perdas são gigantescas para o empreendedor, para os mais de 5.000 trabalhadores envolvidos na construção, e especialmente para a população do Paraná, que poderá não ter uma linha de transmissão indispensável para garantir a segurança do seu abastecimento de eletricidade.

O estrago pode ser parcialmente contornado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que poderá reverter a liminar das instâncias inferiores e dar um sinal claro de que esse é um país sério e que suas instituições - engajadas no processo de planejamento, leilão, licenciamento ambiental, regulação e fiscalização - são capazes de assegurar o rigor e a acurácia do processo.

Somente com esse resultado os empreendedores em infraestrutura poderão ter a confiança para investir no ritmo e na intensidade de que o país precisa para alavancar nosso crescimento econômico e promover a prosperidade de nossos cidadãos ávidos por qualquer alento no meio dessa dura pandemia.

Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro são presidente e diretor executivo do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/12/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério rumo aos US\$ 150

O minério de ferro segue em firme valorização no mercado transoceânico, suportado pela forte demanda chinesa, e renovou ontem o recorde de preços em quase oito anos. De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% de ferro foi negociado a US\$ 148,35 por tonelada no porto chinês de Qindgao, com alta diária de 0,97%. Somente em dezembro, os ganhos acumulados superam 12% - no ano, a commodity tem expressiva valorização, de 61%, no mercado transoceânico. Essa foi a nona alta diária consecutiva. Do lado da demanda, a autoridade alfandegária chinesa informou que as importações de minério totalizaram 1,07 bilhão de toneladas em 11 meses, com alta de 11% e já acima do volume importado pela China em todo o ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/12/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Letícia Fucuchima — Do Rio e de São Paulo****Título: Light pode passar por recuperação em 5 anos**

Principal investidor privado da Light, Ronaldo Cezar Coelho acredita numa recuperação da companhia de energia fluminense nos próximos cinco anos. Em meio à saída iminente da Cemig do capital da empresa, uma das marcas centenárias no mundo corporativo do Rio de Janeiro, o ex-banqueiro e ex-deputado federal diz que sua tese de investimentos parte da confiança no movimento de transformação da concessionária numa corporação de capital pulverizado, em meio à chegada de “sócios de referência e credibilidade”.

Hoje, por meio de um dos fundos de investimento da família (o Samambaia) e de aportes próprios, Coelho tem uma fatia de 19,25% da Light - participação inferior apenas à da Cemig (22,58%). A investida teve início em novembro de 2019, mas desde então o Samambaia vem aumentando sua participação na elétrica. Nos últimos meses, foi a vez do empresário Carlos Alberto Sicupira, um dos sócios da 3G Capital, atingir uma fatia indireta de 10,07% na Light, enquanto o fundo Atmos passou a deter 5,62% das ações da companhia elétrica. Os 42,48% restantes estão diluídos entre os demais acionistas minoritários.

“A tese [de investimentos na Light], portanto, é comprar uma marca famosa, mudar os sócios, ter sócios de dez anos, sejam fundos de longo prazo, como o [fundo] Atmos... E sócios de referência que tenham credibilidade. Foi fundamental, na minha vida, ter bons sócios. É uma honra, um luxo, ter o Beto Sicupira [como sócio na Light]”, afirmou Coelho, durante participação na Live do **Valor**, ontem. “Está nascendo uma corporação privada. Ela é estatal desde que nasceu”, complementou.

Ronaldo Cezar Coelho reiterou que o seu investimento na Light é de longo prazo e citou que a recuperação da empresa passa por um foco no combate às perdas não-técnicas de energia, muito associadas aos furtos (os “gatos”). O investidor destaca que a empresa fluminense é hoje uma companhia desvalorizada, em relação aos seus pares no setor de energia, e que vê potencial para que a concessionária fluminense faça um trabalho semelhante ao do Grupo Equatorial Energia no combate às perdas. Não à toa, a Light contratou Raimundo Nonato de Castro, da Cepisa (PI), do grupo Equatorial, para substituir Ana Veloso na presidência.

“Acredito num *replay* [do trabalho] da Equatorial”, afirmou Coelho. “Cinco anos é um horizonte para o ‘*turnaround*’ [recuperação], mas o mercado vê se a

empresa está na direção certa em dois anos. Não espera cinco anos para valorizar a empresa”, completou.

O investidor disse, ainda, que confia na recuperação da Light, em paralelo a uma retomada mais ampla da economia do Rio.

“Quando houver um movimento de privatização, um movimento severo de investimentos privados nos serviços públicos, como saneamento, o Rio vai nessa onda”, acrescentou. “[A decisão de investir na Light] Tem a ver [com a confiança num projeto político para o Rio], mas veja bem: ela é uma empresa desvalorizada, vale menos que seus pares. É um bom princípio comprar o que ninguém quer comprar. Está barato. É tentar, no meio da areia da praia, achar um brinco que alguém perdeu e o mar trouxe”, completou.

Coelho descartou, porém, voltar a atuar na política. O ex-deputado federal e um dos fundadores do PSDB afirmou que a política lhe deu muitas “alegrias”, mas que “seu tempo já passou.

Além da fatia de 19,25% da Light, Ronaldo Cezar Coelho detém, por meio do Samambaia, também no setor elétrico, 19,82% da Energisa - posição da qual ele não pretende se desfazer. “Mas, lá, estou meio ‘na arquibancada’”, afirmou o investidor.

Na Light, por sua vez, Coelho quer ser um “investidor ativo”. “Mas não sou administrador, sou temente à CVM [Comissão de Valores Mobiliários], não sou membro do conselho de administração. Sou um investidor com uma tese”.

Dono de uma trajetória de sucesso como investidor, Coelho comentou também sobre o crescimento do número de investidores pessoa física na bolsa, frente ao cenário de juros baixos, e deu dicas para os estreantes.

“[O investidor] Tem que ter uma cabeça de longo prazo. Só perde em boas ações quem vende”, afirmou. “Vá acompanhado, não é para entrar desacompanhado na bolsa. Vá com [a assessoria das] melhores casas do ramo, os melhores bancos... Cuidado com o profissional que fazia arbitragem com renda fixa e agora está se adaptando para bolsa”, complementou. “Mas quer fazer uma fortuna jovem? Estude muito e faça uma fintech, uma startup [com foco na relação com o cliente]”, acrescentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/12/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Apesar de ganhos em 2019, elétricas ainda destróem valor

A rentabilidade das companhias elétricas brasileiras melhorou em 2019, revertendo uma trajetória de piora contínua nos últimos anos, mostra um novo estudo da KPMG em parceria com o Instituto Acende Brasil. Mesmo assim, o setor continua destruindo valor ano após ano: no acumulado desde 2017, a perda chega a R\$ 48,8 bilhões.

Segundo os especialistas, o desempenho reflete um acerto da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na última discussão sobre a taxa regulatória de remuneração do capital, ou “WACC”.

“Havia uma preocupação no mercado para onde rumava esse movimento, e a Aneel foi numa direção interessante de balancear e equilibrar as forças. Há ainda um segundo efeito, vindo do próprio esforço das indústrias em melhoria de eficiência e performance das operações como um todo”, explica o sócio da KPMG, Paulo Guilherme Coimbra.

As conclusões do estudo se baseiam no EVA (“valor econômico adicionado”), métrica eleita como mais adequada para medir a rentabilidade num setor intensivo em capital. O cálculo do EVA envolve o retorno sobre o capital investido (ROIC) e o custo de capital (WACC) - nesse último caso, foram usadas as taxas estimadas pela Aneel. O estudo considerou demonstrações contábeis de 47 empresas do setor elétrico, sendo 29 distribuidoras, dez geradoras, quatro transmissoras e quatro empresas que investem em geração e transmissão.

Apesar da boa notícia de 2019, o fato de o setor continuar perdendo valor evidencia a necessidade de “calibragem” mais adequada do custo de capital. “Em setores altamente regulados, o desafio do regulador é cravar um custo de capital que ‘zera’ o retorno. A mensagem aqui é que o WACC regulatório exige atenção, porque ainda há uma trajetória a ser corrigida”, aponta Eduardo Monteiro, diretor executivo do Acende Brasil.

Os especialistas também destacam que, ao se excluir da análise a Eletrobras e suas subsidiárias, a perda de valor acumulada pelo setor cai para R\$ 21,8 bilhões. Para o presidente do Acende Brasil, Claudio Sales, isso evidencia as dificuldades enfrentadas pela gigante estatal diante de seus pares privados num ambiente competitivo. “A despeito da melhora de performance da Eletrobras nos últimos anos, que foi espetacular, a gestão estatal tem desvantagens, tem menos liberdade de ação e agilidade”.

Esse cenário, porém, é “pré-pandêmico” e pode não permanecer para a análise de 2020.

Num exercício preliminar sobre o desempenho deste ano, o grupo focou nas distribuidoras de energia, mais afetadas pela pandemia. A conclusão é de que a pandemia afetou, sim, a rentabilidade dessas empresas: a melhora observada em 2019 foi revertida na primeira metade do ano.

“O impacto da pandemia precisa ser equacionado, precisamos ter uma trajetória sustentável”, afirma Sales. Coimbra, da KPMG, acrescenta que as conclusões preliminares para 2020 ficaram aderentes à reação observada nos primeiros meses da pandemia, quando o mercado passou a prever uma piora do desempenho na distribuição e as empresas tiveram queda de valor de mercado.

Diante dos sinais de prejuízo à rentabilidade das distribuidoras, os especialistas defendem a necessidade de reequilíbrio pela pandemia. Essa visão, porém, é controversa. Informalmente, a Aneel tem adotado uma postura mais dura. A leitura é que os impactos da pandemia foram muito menores do que se esperava de início, e que não seriam necessárias revisões extraordinárias na magnitude desejada pelas distribuidoras. Os próprios balanços das empresas no segundo trimestre já vinham sendo usados para sustentar essa tese.

A discussão sobre o tratamento dos efeitos da covid-19 às distribuidoras já passou por consultá pública e, agora, as empresas aguardam o posicionamento do regulador. A queda de braço promete ser difícil, já que as empresas defendem vigorosamente o direito “inegável” a reequilíbrio e discordam de algumas regras propostas pela Aneel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/12/2020

Seção: Empresas

Autor: Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

Título: Câmara aprova projeto que incentiva navegação de cabotagem

Tarcísio se empenhou pessoalmente na votação e vice-líder do governo reclamou de “traíragem”

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a aprovação do projeto de lei que cria a BR do Mar, com o objetivo de ampliar a navegação entre portos nacionais e reduzir a dependência do transporte rodoviário no país. O texto segue para análise do Senado.

Considerada prioritária pelo governo, a proposta pretende dar mais competitividade ao setor de cabotagem e estimular a migração do transporte rodoviário para o marítimo.

Para isso, o projeto busca flexibilizar as regras para a navegação entre portos e ampliar a frota de embarcações no país, estimulando a concorrência no setor através das mudanças nas regras de aluguel de embarcações estrangeiras.

Uma das principais propostas do relator Sargento Gurgel (PSL-RJ), em seu parecer, estabelece a prorrogação por mais um ano - até o final de 2021 - do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), que era uma das demandas prioritárias do setor.

Com a aprovação do projeto, o governo espera que a capacidade da frota marítima dedicada a esse tipo de navegação seja ampliada em 40% nos próximos três anos, excluindo as embarcações dedicadas ao transporte de petróleo e derivados.

Além disso, o governo também avalia que, com a proposta, seja possível aumentar em 65% o volume de contêineres transportados por ano até 2022 e obter crescimento estimado da cabotagem em 30% ao ano.

Um dos objetivos do texto é ampliar a concorrência através da flexibilização do afretamentos de embarcações estrangeiras. As regras válidas atualmente são restritivas, já que obrigam, em quase todos os casos, empresas brasileiras de navegação a operarem com embarcação própria no país. Como a manutenção de uma frota tem custos elevados, há pouco competitividade no setor.

Atualmente, uma empresa ao pode alugar um navio e manter a bandeira estrangeira caso não tenha nenhuma embarcação brasileira equivalente disponível. O projeto pretende flexibilizar as formas de afretamento, reduzindo os custos.

De acordo com dados do Ministério da Infraestrutura, uma operação de navio com bandeira brasileira pode ter custo 70% superior ao de uma embarcação estrangeira na modalidade de afretamento em que a empresa brasileira contrata uma terceira.

Também em seu parecer, o relator sugere a redução da cobrança de alíquota do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para 8%. Hoje, a cobrança na navegação de longo curso é de 25% e na cabotagem é de 10%.

Segundo apurou o **Valor**, ao longo da votação, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, fez ligações para lideranças partidárias de legendas alinhadas com o Palácio do Planalto e até mesmo para siglas independentes em relação ao governo com o objetivo de garantir que o texto fosse aprovado sem grandes alterações.

Aliado de Bolsonaro, o deputado Fausto Pinato (PP-PI), ficou insatisfeito com algumas alterações feitas no texto e acusou o governo e o relator de “traíagem” por, segundo ele, descumprirem um acordo. Vice-líder de governo, Pinato chegou a colocar o cargo à disposição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/12/2020

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo

Título: Câmara aprova lei para navegação de cabotagem

Projeto, que ainda tem de passar pelo Senado, pode ampliar em até 40% a navegação entre os portos do País e reduzir custos

Brasília - A Câmara dos Deputados finalizou ontem a votação do projeto de lei que incentiva a navegação na costa brasileira, batizado de BR do Mar. O texto segue agora para o Senado. Liderado pelo Ministério da Infraestrutura, o BR do Mar busca aumentar a oferta de embarcações para cabotagem - navegação entre os portos - com o objetivo de melhor explorar o potencial da costa para transporte de cargas e promover um ambiente de maior concorrência e reduzir custos no setor.

O governo espera que, com o projeto, a capacidade da frota marítima dedicada a esse tipo de navegação seja ampliada em 40% nos próximos três anos, excluindo as embarcações dedicadas ao transporte de petróleo e derivados. O Ministério da Infraestrutura também aposta na ampliação do volume de contêineres transportados por ano até 2022 em 65%, além da expectativa de que a navegação de cabotagem passe a crescer 30% ao ano com as mudanças.

O projeto foi apresentado pelo governo em agosto. O texto-base foi aprovado por 324 votos a 114 na noite da terça-feira e parte dos destaques (que têm potencial de alterar o projeto) foram analisados madrugada adentro. Na tarde de ontem, a votação dessas sugestões de alteração ao texto foi concluída.

Um dos pilares do projeto é aumentar a concorrência por meio da flexibilização dos afretamentos (aluguel) de embarcações estrangeiras - tanto no formato “a tempo” (quando a bandeira do país de origem é mantida e os custos da operação são menores) como no modo “casco nu” (quando o navio passa a operar com bandeira brasileira). Hoje, as regras para afretamento são consideradas restritivas. Como os custos para manter uma frota são altos, o segmento ficou concentrado em poucas companhias.

Regras. Uma empresa hoje pode alugar um navio e manter a bandeira estrangeira (a tempo) quando não há embarcação brasileira equivalente

disponível. O BR do Mar prevê novas formas de afretamento nesse formato. A ideia é reduzir custos, uma vez que ao não suspender a bandeira, a embarcação não precisa se adaptar às regras brasileiras. Para acessar as novas modalidades de afretamento a tempo, por sua vez, a empresa brasileira de navegação só poderá afretar navios que sejam de sua subsidiária integral estrangeira.

O BR do Mar também flexibiliza as regras para aluguel de embarcação com a suspensão da bandeira de origem. Após quatro anos da sanção da lei, as empresas poderão afretar nessa modalidade mesmo sem terem navios brasileiros próprios.

A liberalização acontece de forma escalonada. O limite de afretamento será ampliado após um ano da vigência do BR do Mar para duas embarcações; após dois anos, para três embarcações; e após três anos, para quatro embarcações. Apesar de ser uma modalidade que tem mais custos operacionais (pelo fato de a frota operar com regras brasileiras), como não há exigência de lastro, a avaliação é que o formato pode incentivar a entrada de novos players no setor.

Os deputados rejeitaram mais de dez destaques, e aprovaram quatro com apoio do governo. Um deles exclui do texto a regra que vedava expressamente a possibilidade de contratação de transporte terrestre, seja no trajeto até o porto ou do porto até o cliente final, por armadores marítimos, empresas de cabotagem, empresas brasileiras de navegação e outras empresas, que pertençam ao mesmo grupo econômico. A previsão tinha sido inserida pelo relator, deputado João Carlos Gurgel (PSL-SP), por sugestão do deputado Fausto Pinato (PP-SP).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/12/2020

Seção: Mercado

Autor: Beatriz Montesanti São Paulo

Título: 39% das startups de tecnologia limpa operam no vermelho, diz pesquisa

Necessidade de alto volume de investimento é a maior dificuldade para as chamadas cleantechs

A demanda por soluções sustentáveis tem crescido conforme o ambiente ganha mais espaço no debate público, mas startups dedicadas à questão ainda têm dificuldade de achar seu espaço e serem economicamente viáveis. Pesquisa mostra que 39% das chamadas cleantechs operam no negativo no Brasil.

O levantamento foi realizado pela EDP um dos maiores grupos do setor de energia no

mundo, nascido em Portugal, em parceria com FGV, UFRJ, ABStartups e Statkraft.

A pesquisa identificou 136 startups oferecendo tecnologias limpas no Brasil.

Esses novos negócios atuam em campos como eficiência energética, energia solar, gestão de resíduos, reciclagem, construção verde e prestação de serviços, entre outros, e são vistas como um caminho para a construção de cidades inteligentes. Ou seja, que usam tecnologia de forma criativa e sustentável em seu planejamento urbano.

Segundo Rafael Marciano, gestor de Estratégia e Inovação da EDP Brasil, a grande dificuldade para o setor é o alto investimento, devido à necessidade de longos ciclos de pesquisa e desenvolvimento.

“Esse aspecto traz mais dificuldade para a operação e o crescimento dessas novas empresas em um mercado de investidores avessos ao risco ou que demandam rápido retorno”, diz Marciano. “Ou seja: não significa que as cleantechs sejam inviáveis, mas que seus ciclos de desenvolvimento podem ser mais demorados quando comparados a outros tipos de startup.”

Entre os maiores desafios relatados, estão expandir os negócios (63%), acessar serviços financeiros (62%) e comunicar proposta de valor (46%).

“Os desafios listados pelas cleantechs ajudam a explicar essa operação no negativo. Mais do que boas ideias e soluções, as startups precisam estar atentas a fatores como necessidade de expansão, acesso a crédito ou investimentos e precificação de serviços.”

A EDP acelera startups do setor por meio da EDP Venture Brasil, que existe em Portugal desde 2008 e chegou ao Brasil dez anos depois. Foi, à época, o primeiro fundo de investimentos de capital de risco do setor elétrico no país. Desde então, mantém uma média de R\$ 5 milhões investidos ao ano.

Entre as participantes da pesquisa, 40% atuam no segmento de energia limpa, como a Alka Energia, startup dedicada a ajudar empresas a economizarem na conta de luz.

Outras 20% atuam no setor de agricultura, entre as quais a Agrosmart, que captura e monitora dados de lavouras, para gerir a cadeia produtiva.

Há, ainda, ao menos 6% dedicadas ao transporte, como abynd, app que conecta colegas de trabalho para oferecer carona. O levantamento considera que uma empresa pode atuar em mais de um setor.

Em termos de níveis de investimento, 49% já receberam algum aporte de capital. A modalidade mais frequente é a de investimento-anjo, ou seja, o primeiro que é feito quando uma startup ainda está validando seu negócio.

Ainda segundo a pesquisa, cerca de 90% dos empreendimentos estão nas regiões Sul e Sudeste. São Paulo concentra 43% delas, seguido por Rio e Minas, com 12% cada um.

Mas Marciano destaca polos de desenvolvimento, como Recife, Campinas (SP) e Itajubá (MG). Nas três cidades, o desenvolvimento do ecossistema de cleantechs tem sido possível graças à atuação de universidades públicas ou iniciativas como o Porto Digital, parque tecnológico criado na capital pernambucana.

Após o levantamento, foi criado o Observatório de Cleantechs, plataforma que reúne informações sobre o setor e pretende contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e para aproximar as startups de grandes empresas.

“Mais do que nunca somos cobrados a gerar mais impacto positivo nas áreas em que atuamos. As cleantechs podem ajudar a equilibrar uma equação desafiadora: crescimento do mercado e a eliminação do impacto ecológico negativo.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/12/2020

Seção: Economia

Autor: JASON VOGEL

Título: Transição para o carro elétrico ganha velocidade no mundo

Reino Unido proibirá, em 2030, a venda de veículos a gasolina e a diesel

A transição está sendo muito mais rápida do que se imaginava. Boris Johnson, primeiro-ministro do Reino Unido, anunciou na semana passada que a proibição da venda de carros zero-quilômetro com motor a gasolina, a diesel ou a gás será antecipada. A ideia inicial era que as restrições ocorressem entre 2035 e 2040. Agora, Johnson quer acabar com os automóveis novos com motor a combustão já em 2030 — daqui a apenas dez anos, portanto.

É uma revolução, ainda mais partindo de um político conservador e de um Reino Unido tão aferrado a tradições. Imagine que em breve todos os Rolls-Royce, Jaguar e Land Rover vendidos “em casa” terão que ser elétricos. Tudo para reduzir as emissões de CO2 e outros gases de efeito estufa, e alcançar as metas previstas no Acordo de Paris, de 2015.

Ainda que as vendas dos carros 100% elétricos no Reino Unido estejam crescendo rapidamente, estes veículos representam hoje apenas 7% da frota de carros novos, enquanto os híbridos são 25%. Marcas como Honda e Toyota, que têm fábricas na Inglaterra e no País de Gales, respectivamente, afirmam que não há como fazer a transição tão rapidamente para os 100% a bateria. Daí que alguns parlamentares britânicos estão propondo uma tolerância um pouco maior para os carros híbridos: 2035.

Como o Reino Unido, muitos países estão apertando seus prazos para proibir a venda de novos carros com motor a combustão. A Noruega já estabeleceu 2025 como último ano dos zero-quilômetro a gasolina ou a diesel em suas concessionárias. Holanda, Suécia, Eslovênia, Irlanda e Israel farão a transição em 2030. A Dinamarca vai além: quer não apenas proibir as vendas em 2030 como, em 2035, retirar de circulação os automóveis convencionais. O Japão quer banir das lojas os veículos a gasolina e a diesel até meados da década de 2030.

CALIFÓRNIA: 2035 É O LIMITE

Dezenas de cidades, estados e províncias vão estabelecendo suas próprias datas de transição. O estado da Califórnia, nos EUA, e a província canadense de Quebec já anunciaram que vão proibir as vendas de carros novos a combustão em 2035. Paris vai banir os veículos a diesel de suas ruas a partir de 2025.

O projeto piloto mais importante é o de Hainan, a menor província da China. A ideia é que, até 2030, toda a frota dessa ilha com 9,3 milhões de habitantes seja de veículos elétricos. Se der certo, é provável que o país inteiro siga as novas diretrizes.

Este mês, Hakan Samuelsson, diretor executivo da Volvo, disse que banir de vez os veículos a gasolina e a diesel é melhor do que oferecer subsídios para estimular as vendas de modelos “a bateria”. A Volvo estima que, em 2025, 25% de suas vendas sejam de carros totalmente elétricos.

Já a Volkswagen espera vender 1,5 milhão de carros 100% elétricos, de sua nova linha ID., até 2025 (a previsão anterior era de 1 milhão).

O Brasil, enquanto isso, não tem demonstrado grandes pretensões na área.

— O país corre o risco de ficar isolado. Sem carros elétricos, nosso parque produtivo ficará obsoleto e vamos cair mais posições no ranking de países produtores de veículos. O governo deveria estar preocupado em promover essa transição — alerta Adalberto Maluf, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1872
JULIO MESQUITA
(1872 - 1927)

Quarta-feira 9 DE DEZEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46439

estadão.com.br



REINO UNIDO CELEBRA 'DIA V'

A britânica Margaret Keenan, de 90 anos, foi a primeira pessoa no mundo a receber uma vacina clinicamente autorizada e totalmente testada para a covid-19. Sem grande alarde ou filas, o Reino Unido começou a usar o imunizante da Pfizer, que exige conservação a baixas temperaturas. Distribuição é um desafio. **INTERNACIONAL / PÁG. A12**

Pazuello bate boca com Doria e contesta vacinação por Estados

Ministro foi cobrado por governadores sobre imunização; ele disse que Anvisa tem até 60 dias para analisar vacinas

A polémica sobre a vacinação contra a covid-19 no País provocou discussão pública ontem entre o ministro Eduardo Pazuello (Saúde) e o governador de São Paulo, João Doria (PSDB). Após bater boca com Doria durante reunião com governadores, Pazuello disse, em pronunciamento, que cabe à pasta, e não aos Estados, fazer o planejamento

da vacinação. Antecorrem, Doria anunciou o início da imunização para 25 de janeiro, mesmo sem ajuda federal. Na reunião com os governadores, Pazuello foi cobrado por Doria sobre a Coronavac, desenvolvida pela Sinovac em parceria com o Instituto Butantã. Ele disse que a Anvisa tem até 60 dias para analisar imunizantes. A reunião foi

agendada por Pazuello após críticas ao ministério sobre a previsão de início da vacinação em março e por causa da resistência em comprar outras vacinas. O governo vinha apostando no acordo com a Universidade de Oxford e a farmacêutica AstraZeneca para obter doses, mas os testes devem se prolongar. **METRÓPOLE / PÁG. A16**

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	178.184
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24h. ATÉ AS 20h DE ONTEM	796
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	617
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	6.675.915
TOTAL DE RECUPERADOS*	5.854.709

*NÚMERO DE RECUPERADOS DA SAÚDE

Oxford não atesta eficácia em idosos

As primeiras análises dos testes clínicos da vacina da Universidade de Oxford em parceria com a AstraZeneca, uma das apostas do governo brasileiro, não puderam comprovar a eficácia do imunizante em idosos, um dos grupos de maior risco para covid. **METRÓPOLE / PÁG. A18**

● Vacina da Pfizer no País
Governo prevê 8,5 milhões de doses no 1º semestre. Desembarque pode ter início em janeiro. **PÁG. A18**

Relatório da PEC emergencial traz economia irrisória

O parecer do senador Márcio Bittar (MDB-AC) para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial proporciona economia de cerca de R\$ 450 milhões, muito aquém da estimativa inicial de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões. A PEC emergencial é a principal aposta da equipe econômica para ajustar as contas públicas após a pandemia. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Inflação é a maior para novembro em cinco anos

Alta nos preços de alimentos e de combustíveis pesou para que a inflação de novembro fosse de 0,89%, a maior para o mês em cinco anos, segundo os dados do IPCA. O resultado superou as estimativas mais pessimistas de analistas. A taxa acumulada em 12 meses subiu 4,33%, superando o centro da meta de 4%, perseguindo o Copom. **ECONOMIA / PÁG. B4**

NA QUARENTENA CRIATIVOS NA ARTE E NA VIDA

Sem a renda dos shows, músicos se reinventam na criação de novas obras e na venda de seu trabalho. **PÁG. H1**

Jornal do Carro
Duelo de 7 lugares. Tiggo 8 e Tiguan se enfrentam. **PÁG. 10**

Inovação
STARTUPS CRIAM O 'BRECHÓ 2.0'

Elas usam plataformas e algoritmos para conectar guarda-roupas abarrotadas a quem busca um novo look. **ECONOMIA / PÁG. B6**

Vera Magalhães
Cidadãos ávidos por vacina e políticos cobrados em seus Estados acusam Bolsonaro. **POLÍTICA / PÁG. A8**

Rosângela Bittar
Em meio à loucura federal, a Anvisa assumiu critério político para a questão sanitária. **POLÍTICA / PÁG. A10**

NOTAS & INFORMAÇÕES

A inflação como risco para 2021

As confusões do governo e as incertezas sobre as contas públicas têm sido fatores de instabilidade cambial e, portanto, de inflação. **PÁG. A3**

Inquéritos que não terminam
Diligência ao investigar é um imperativo legal. **PÁG. A3**

Tempo em SP 17º Min. 28º Máx.

MIBO
MIBO
FBO C113359

Arrastão depreda carros na Cracolândia
METRÓPOLE / PÁG. A20

Lei para navegação de cabotagem é aprovada
ECONOMIA / PÁG. B3

DEZEMBRO
MÁGICO
CADA CHERY
VerCapas.com.br

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FOLHA100: FALTAM 72 DIAS

QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2020

ANO 100 * Nº 33.488 * R\$ 5,00

Estados vetam festa de fim de ano e limitam álcool em bar

O avanço da Covid-19 levou prefeituras e governos a aumentar restrições a bares e restaurantes e a festas de fim de ano. Há capitais e estados que já cancelaram o Natal e o Ano Novo, proibiram consumo de bebida totalmente ou após as 23h, vetaram festejos e shows e até orientaram a população a suspender confraternizações de amigo secreto. Saúde B5

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	6,7 mil	178,2 mil
Ontem*	41,1 mil	617
Varição**	35,3%	25,7%

Estágio Acelerado

Estágios da pandemia

- Acelerado
- Estável
- Desacelerado
- Reduzido



Dados das 20h de 8 dez.
*Média móvel de 7 dias
**Em relação a 14 dias

Uso de máscara salvaria 86% mais vidas nos EUA do que imunização, mostra projeção B3

Economia cogita estender medidas em caso de 2ª onda

Técnicos da Economia trabalham com a chance de prorrogar o estado de calamidade e o Orçamento de guerra no caso de segunda onda da Covid. Sem isso, não haverá espaço para mais gastos. Paulo Guedes quer a volta do Orçamento ao normal. Mercado A16

Alta da inflação para novembro é a maior desde 2015

Mercado A18

Hackers vazam contratos de Super Tucano da Embraer

Hackers publicaram uma série de arquivos atribuídos à Embraer. Há dados de funcionários, detalhes da venda de aviões A-29 Super Tucano e até uma lista dos que pagaram para participar do 'churrasco das parças'. A empresa não se manifestou. Mercado A20

MEC adia para março aulas nas universidades. MEC recuou da decisão de voltar atividades presenciais na rede federal de ensino superior em janeiro. B6

PUC tem lentidão e problemas em vestibular online

Cotidiano B6

EDITORIAIS A2

A corrida da vacina. Sobre disputa política entre Bolsonaro e Doria.

Oásis na metrópole. Em defesa de tombar área de mata atlântica em SP.

AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 224.661.655
VISITANTES ÚNICOS 37.058.915



Pazuello prevê 60 dias para aprovar qualquer vacina

Ministro e Doria discutem sobre Coronavac; ex-chefe da Anvisa vê prazo excessivo

Em reunião virtual com governadores, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária deve demorar 60 dias para aprovar qualquer vacina contra a Covid. Ele não especificou se falava de uso emergencial ou do registro definitivo.

No Reino Unido, o fármaco da Pfizer começou a ser aplicado em regime de emergência ontem, menos de um mês após ter seus estudos protocolados nos órgãos locais. Para o ex-presidente da Anvisa William Dib, o prazo estimado por Pazuello é excessivo diante do quadro atual.

O encontro teve momentos de tensão. O ministro discutiu com o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que acusou o governo federal de falta de interesse na Coronavac, o imunizante chinês que será formulado e também produzido pelo Instituto Butantan.

Os chefes de governo estadual cobram um plano nacional de imunização e não consideram viável esperar até março, quando a Saúde prevê iniciar a campanha. Em rixa com Jair Bolsonaro, Doria prometeu que começaria a vacinar os paulistas em 25 de janeiro. Saúde B1

ANÁLISE Vinicius Torres Freire

Com movimento de Doria, agência pode ser obrigada a dar aval a imunizante chinês B2

Vacinação poderia começar logo após certificação, diz Pfizer B2



Jacob King/Reuters

REINO UNIDO INICIA PROGRAMA DE VACINAÇÃO EM MASSA CONTRA A COVID-19

A ex-vendedora de joias Margaret Keenan, 90, foi a primeira pessoa a receber dose do imunizante da Pfizer/BioNTech, em Coventry, Inglaterra. Saúde B2

Esporte B8

Atletas param jogo do PSG na Champions depois de árbitro ser acusado de racismo

Ilustrada B10

Filme 'A Festa de Formatura' tenta salvar fiasco de musical da Broadway

Ilustrada B13

Em acordo de quase R\$ 1,5 bilhão, Bob Dylan vende mais de 600 composições

Governo barra emendas em troca de apoio a Lira

Além de avaliar uma reforma ministerial para atrair votos, o Planalto tem associado a liberação de recursos de emendas parlamentares ao apoio a Arthur Lira (PP-AL) — candidato de Jair Bolsonaro — ao comando da Câmara dos Deputados. Poder A4

Após reviravolta, Fux fala em evitar 'orgia legislativa'

Dois dias depois de o STF barrar a reeleição dos presidentes no Congresso, o presidente da corte, Luiz Fux, afirmou ontem que o Judiciário deve atuar para fornecer segurança jurídica a investidores e evitar o que chamou de 'orgia legislativa'. Poder A9

Câmaras de 768 municípios vão ser empossadas sem negros A10

ENTREVISTA Clayborne Carson Realidade dos EUA requer cautela

O estudioso da obra e da biografia de Martin Luther King diz preferir ser cauteloso, pois, apesar da vitória de Joe Biden, é preocupante que quase metade dos eleitores tenha votado em Donald Trump. Mundo A14

Biden indica 1º negro para chefiar o Pentágono

O presidente eleito dos EUA, Joe Biden, confirmou ontem a indicação do ex-geral Lloyd J. Austin III como secretário de Defesa. Ex-comandante das forças no Iraque, ele será o primeiro negro a chefiar o Pentágono caso o Congresso dê aval. Mundo A14



Reprodução

GRUPO FAZ ARRASTÃO NA REGIÃO DA CRACOLÂNDIA

Homens depredam veículos para saquear motoristas no centro de SP; ação por volta de 13h de ontem teria ocorrido depois de uma tentativa de retirar usuários do local. Cotidiano B7

IMM-ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO: Destaques dos principais jornais do dia

[illegible]

PRESSÃO CRESCENTE

Governadores e cientistas cobram do governo plano de vacinação ágil

Pazzuello diz que registro na Anvisa requer 60 dias.

Una das aplicacões mais frequentes da Teoria da complexidade é a sua aplicação na programação de computadores. Assim, a complexidade de um algoritmo é uma medida da eficiência do mesmo, ou seja, da quantidade de recursos necessários para a sua execução. A complexidade de um algoritmo é geralmente expressa em termos de tempo e espaço. O tempo de execução de um algoritmo é a quantidade de tempo necessária para a sua execução. O espaço de um algoritmo é a quantidade de memória necessária para a sua execução.

Para pesquisadores, Saúde fez um 'estudo rudimentar'

pentru a realiza proiectul. În urma unei sesiuni de lucru în cadrul Comitetului de lucru, s-a convenit ca proiectul să fie realizat în două etape: în primul rând, se va realiza o analiză a situației actuale a sistemului de transport public în oraș, iar în al doilea etapă, se va realiza o analiză a soluțiilor posibile pentru îmbunătățirea sistemului de transport public în oraș.

Congresso reage para exigir a compra de imigrantes

[illegible]

MARGARET KUPFERMAN, a margareti kufman, de 40 anos, a 1ª pessoa vítima do crime.

CONVULSANT
Convulsant: an anticonvulsant medication
used to control epileptic seizures.

concepção
Tributo independente confirma a
eficácia de vários do Conselho

Alors que les élections de 2004, de 2007, de 2010, de 2013, de 2016, de 2019, de 2022, de 2025, de 2028, de 2031, de 2034, de 2037, de 2040, de 2043, de 2046, de 2049, de 2052, de 2055, de 2058, de 2061, de 2064, de 2067, de 2070, de 2073, de 2076, de 2079, de 2082, de 2085, de 2088, de 2091, de 2094, de 2097, de 2100, de 2103, de 2106, de 2109, de 2112, de 2115, de 2118, de 2121, de 2124, de 2127, de 2130, de 2133, de 2136, de 2139, de 2142, de 2145, de 2148, de 2151, de 2154, de 2157, de 2160, de 2163, de 2166, de 2169, de 2172, de 2175, de 2178, de 2181, de 2184, de 2187, de 2190, de 2193, de 2196, de 2199, de 2202, de 2205, de 2208, de 2211, de 2214, de 2217, de 2220, de 2223, de 2226, de 2229, de 2232, de 2235, de 2238, de 2241, de 2244, de 2247, de 2250, de 2253, de 2256, de 2259, de 2262, de 2265, de 2268, de 2271, de 2274, de 2277, de 2280, de 2283, de 2286, de 2289, de 2292, de 2295, de 2298, de 2301, de 2304, de 2307, de 2310, de 2313, de 2316, de 2319, de 2322, de 2325, de 2328, de 2331, de 2334, de 2337, de 2340, de 2343, de 2346, de 2349, de 2352, de 2355, de 2358, de 2361, de 2364, de 2367, de 2370, de 2373, de 2376, de 2379, de 2382, de 2385, de 2388, de 2391, de 2394, de 2397, de 2400, de 2403, de 2406, de 2409, de 2412, de 2415, de 2418, de 2421, de 2424, de 2427, de 2430, de 2433, de 2436, de 2439, de 2442, de 2445, de 2448, de 2451, de 2454, de 2457, de 2460, de 2463, de 2466, de 2469, de 2472, de 2475, de 2478, de 2481, de 2484, de 2487, de 2490, de 2493, de 2496, de 2499, de 2502, de 2505, de 2508, de 2511, de 2514, de 2517, de 2520, de 2523, de 2526, de 2529, de 2532, de 2535, de 2538, de 2541, de 2544, de 2547, de 2550, de 2553, de 2556, de 2559, de 2562, de 2565, de 2568, de 2571, de 2574, de 2577, de 2580, de 2583, de 2586, de 2589, de 2592, de 2595, de 2598, de 2601, de 2604, de 2607, de 2610, de 2613, de 2616, de 2619, de 2622, de 2625, de 2628, de 2631, de 2634, de 2637, de 2640, de 2643, de 2646, de 2649, de 2652, de 2655, de 2658, de 2661, de 2664, de 2667, de 2670, de 2673, de 2676, de 2679, de 2682, de 2685, de 2688, de 2691, de 2694, de 2697, de 2700, de 2703, de 2706, de 2709, de 2712, de 2715, de 2718, de 2721, de 2724, de 2727, de 2730, de 2733, de 2736, de 2739, de 2742, de 2745, de 2748, de 2751, de 2754, de 2757, de 2760, de 2763, de 2766, de 2769, de 2772, de 2775, de 2778, de 2781, de 2784, de 2787, de 2790, de 2793, de 2796, de 2799, de 2802, de 2805, de 2808, de 2811, de 2814, de 2817, de 2820, de 2823, de 2826, de 2829, de 2832, de 2835, de 2838, de 2841, de 2844, de 2847, de 2850, de 2853, de 2856, de 2859, de 2862, de 2865, de 2868, de 2871, de 2874, de 2877, de 2880, de 2883, de 2886, de 2889, de 2892, de 2895, de 2898, de 2901, de 2904, de 2907, de 2910, de 2913, de 2916, de 2919, de 2922, de 2925, de 2928, de 2931, de 2934, de 2937, de 2940, de 2943, de 2946, de 2949, de 2952, de 2955, de 2958, de 2961, de 2964, de 2967, de 2970, de 2973, de 2976, de 2979, de 2982, de 2985, de 2988, de 2991, de 2994, de 2997, de 3000, de 3003, de 3006, de 3009, de 3012, de 3015, de 3018, de 3021, de 3024, de 3027, de 3030, de 3033, de 3036, de 3039, de 3042, de 3045, de 3048, de 3051, de 3054, de 3057, de 3060, de 3063, de 3066, de 3069, de 3072, de 3075, de 3078, de 3081, de 3084, de 3087, de 3090, de 3093, de 3096, de 3099, de 3102, de 3105, de 3108, de 3111, de 3114, de 3117, de 3120, de 3123, de 3126, de 3129, de 3132, de 3135, de 3138, de 3141, de 3144, de 3147, de 3150, de 3153, de 3156, de 3159, de 3162, de 3165, de 3168, de 3171, de 3174, de 3177, de 3180, de 3183, de 3186, de 3189, de 3192, de 3195, de 3198, de 3201, de 3204, de 3207, de 3210, de 3213, de 3216, de 3219, de 3222, de 3225, de 3228, de 3231, de 3234, de 3237, de 3240, de 3243, de 3246, de 3249, de 3252, de 3255, de 3258, de 3261, de 3264, de 3267, de 3270, de 3273, de 3276, de 3279, de 3282, de 3285, de 3288, de 3291, de 3294, de 3297, de 3300, de 3303, de 3306, de 3309, de 3312, de 3315, de 3318, de 3321, de 3324, de 3327, de 3330, de 3333, de 3336, de 3339, de 3342, de 3345, de 3348, de 3351, de 3354, de 3357, de 3360, de 3363, de 3366, de 3369, de 3372, de 3375, de 3378, de 3381, de 3384, de 3387, de 3390, de 3393, de 3396, de 3399, de 3402, de 3405, de 3408, de 3411, de 3414, de 3417, de 3420, de 3423, de 3426, de 3429, de 3432, de 3435, de 3438, de 3441, de 3444, de 3447, de 3450, de 3453, de 3456, de 3459, de 3462, de 3465, de 3468, de 3471, de 3474, de 3477, de 3480, de 3483, de 3486, de 3489, de 3492, de 3495, de 3498, de 3501, de 3504, de 3507, de 3510, de 3513, de 3516, de 3519, de 3522, de 3525, de 3528, de 3531, de 3534, de 3537, de 3540, de 3543, de 3546, de 3549, de 3552, de 3555, de 3558, de 3561, de 3564, de 3567, de 3570, de 3573, de 3576, de 3579, de 3582, de 3585, de 3588, de 3591, de 3594, de 3597, de 3600, de 3603, de 3606, de 3609, de 3612, de 3615, de 3618, de 3621, de 3624, de 3627, de 3630, de 3633, de 3636, de 3639, de 3642, de 3645, de 3648, de 3651, de 3654, de 3657, de 3660, de 3663, de 3666, de 3669, de 3672, de 3675, de 3678, de 3681, de 3684, de 3687, de 3690, de 3693, de 3696, de 3699, de 3702, de 3705, de 3708, de 3711, de 3714, de 3717, de 3720, de 3723, de 3726, de 3729, de 3732, de 3735, de 3738, de 3741, de 3744, de 3747, de 3750, de 3753, de

Chrysina e líder da medicina brasileira, um de seus alunos

Prefeitura atrasa salário de 16 mil pessoas da Saúde

Das sind also zentrale Punkte der Aussage der Christen, aber betonen wir: Es ist nicht alles gesagt, es bleibt noch einiges über die Mission zu sagen, und das ist die Aufgabe der Theologie und der Kirche.

Deflationary was all the
frenzy as you witness
of control here.

ARTICOLI DI
A spillo di molti
un nuovo modo
di scrivere per
il futuro.

[illegible]

**Jogadores
fazem
História
contra o
racismo**

Agente comercial
 el que representa
 a otro sujeto
Reclamante
 persona que impu-
 ne una acción judicial
 variada, al menos
 de carácter personal y
 no PSC
 debiendo ser:
 - gozante de la capacidad
 de obrar
 - no ser menor de edad
 - no ser incapacitado
 por PSC o, si lo es, que
 sea la ley la que
 permita la representación
 por parte de un
 representante legal
 - no ser un menor de
 edad o un incapaz por
 PSC o, si lo es, que
 sea la ley la que
 permita la representación
 por parte de un
 representante legal

Idol di o-pura provvidenza
dal film più discusso e controverso

PT. 808, 817, 828, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111, 1112, 1113, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1122, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130, 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1184, 1185, 1186, 1187, 1188, 1189, 1190, 1191, 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1537

Falta de tempo: com o plástico, vídeo e papel e breves ilustrações

A manuscript describing a conference held during the past year presented the results of a study of 1980, and I will not mention it.

Reade O'Connor was named CEO of
T. J. Maxx & Co. in 2002, replacing the retiring

The present study was supported by NCI T32, the National Cancer Institute, and the National Institutes of Health.



DEZEMBRO
MÁGICO
CADA CHERY

VENHA NAS PÁGINAS 6 E 8.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2020

NÚMERO 21.017 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Vacina divide estados. Ministro fala em união

A disputa entre o governo de São Paulo e o governo federal tornou-se um problema federativo. Reunidos com o ministro Eduardo Pazuello, governadores manifestaram o desconforto com a iniciativa de João Dória de começar a

imunização em janeiro, inclusive de brasileiros que se dirigem ao estado paulista. "Nunca vi na vida um estado querer sair na frente de outro", criticou Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás. Dória e Pazuello trocaram pala-

bras ríspidas no encontro. O tucano perguntou ao ministro se o governo federal resistia à CoronaVac por questão política, ideológica ou falta de interesse. Pazuello disse que a vacina é do Instituto Butantan, e não do estado paulista.

Após a reunião, Pazuello fez um apelo à união nacional contra a pandemia e reforçou o compromisso do Ministério da Saúde em oferecer uma vacina segura para todo o país. "Nós só temos um inimigo, o vírus", disse.

Aurora King / RFP



Boas novas na terra da Rainha

Margaret Keenan (foto), de 90 anos, foi a primeira britânica a receber a vacina da Pfizer BioNTech. País europeu mais atingido pela pandemia, com 62 mil mortes, o Reino Unido abriu a fase inicial da campanha com 800 mil doses do imunizante. Já o segundo vacinado do dia, William Shakespeare — mesmo nome do famoso escritor — comemorou, mas fez alerta: "Não derrotamos o vírus".



✓ **DF mapeia os equipamentos para viabilizar logística de uma campanha de imunização**

✓ **Trump exige que farmacêuticas dos EUA priorizem o mercado norte-americano**

PÁGINAS 7, 12, 13 E 15

O PODER DA TERRA

Empresário ensina como fazer hortas em casa

Aos 59 anos, Juarez Martins celebra o sucesso da Horta Linda, empresa criada para ajudar no cultivo de alimentos em residências. Ele também mostra o valor da agricultura a instituições. A missão ganhou dimensão social com o desenvolvimento do projeto Uma Horta em cada Porta, em asilos e colégios, como a Escola Classe Engenho Velho, na Fercal (foto). CAPITAL S/A, 18

Arquivo Pessoal



Corrida por votos na Câmara e Senado

Arthur Lira investe abertamente nos partidos de esquerda e até nas legendas ligadas a Rodrigo Maia para suceder o demista na Presidência da Câmara. No Senado, o MDB, dono da maior bancada, tem potencial para assumir o jogo, mas precisa superar divisões internas. PÁGINAS 2 E 4

Alimentos puxam a inflação

IPCA de novembro chega a 0,89% e é o maior do período em cinco anos. Preços nos supermercados subiram 16% e a tendência é de alta. PÁGINA 8

Arquivo Pessoal



Brasília perde um lutador

Abdalla Jarjour, 74 anos, morreu, ontem, de complicações da covid-19. Empresário do ramo de combustíveis, ele lutava contra os preços altos. PÁGINA 17

Europa contra o racismo

Na Liga dos Campeões, principal torneio de clubes do mundo, jogadores do francês PSG, dos astros Neymar e Mbappé, e do turco Basaksehir abandonam o gramado após supostos insultos racistas proferidos pelo quarto árbitro. PÁGINA 14

Francis Fáb/RFP



UnB discutirá aula presencial

Universidade manterá as atividades remotas, mas avaliará, em janeiro, a volta de forma gradual. MEC pede retorno em março. PÁGINA 17

Wi-Fi Social será ampliado

An C.R. Proder, o secretário de Ciência, Gilvan Máximo, projeta 200 pontos de acesso gratuito à internet em todo o DF. PÁGINA 16



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@da.br.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DADOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .